

PC-OK

Dupl

5
3/164



**ESTUDO DE TRAJETÓRIAS DE DESENVOLVIMENTO :
CONTRIBUIÇÃO METODOLÓGICA PARA
A ANÁLISE DAS DINÂMICAS AGRÁRIAS (*)**

Eric SABOURIN

Consultor do CIRAD-SAR, junto a EMBRAPA-CPATSA

Pedro Carlos GAMA DA SILVA

Pesquisador da EMBRAPA-CPATSA

Patrick CARON

Consultor do CIRAD-SAR, junto a EMBRAPA-CPATSA

EMBRAPA-CPATSA. Caixa Postal 23, 56.300.000, Petrolina, PE, Brasil

RESUMO

O documento apresenta uma proposta metodológica de estudo e análise dos processos de desenvolvimento local, para subsidiar o planejamento do desenvolvimento rural. Essa abordagem, embasada no conceito de trajetória de desenvolvimento, apoia-se na elaboração de métodos de análise dos mecanismos e das conseqüências das transformações técnicas, econômicas e sociais das situações agrárias locais, integrando a dimensão histórica desse processo. Além da utilização imediata para o diagnóstico dos sistemas agrários locais, os estudos de trajetória de desenvolvimento, oferecem possibilidades de utilização em outros níveis e escalas mais amplas.

RÉSUMÉ

Ce travail présente une proposition méthodologique d'étude et analyse des processus de développement local destinée à fournir des éléments d'aide à la décision pour la planification du développement rural. Cette approche, fondée sur la notion de trajectoire de développement, s'appuie sur l'élaboration d'instruments d'analyse des mécanismes et des conséquences des changements techniques, économiques et sociaux que connaissent les situations agraires locales, en intégrant la dimension historique de ces processus. Au delà de l'utilisation immédiate pour le diagnostic des systèmes agraires locaux, les études de trajectoires de développement offrent diverses possibilités d'application à d'autres échelles.

* Este trabalho foi elaborado a partir de uma reflexão coletiva com os técnicos da URCA-NE (Unidade Regional de Capacitação e de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste), durante o ano de 1993.

*Atelier de Consoelle,
Toulouse, n. 7, p. 55-72, sep. 1996.*



1. Introdução

As sociedades rurais têm uma história que antecede qualquer intervenção de agentes externos (extensão, pesquisa, entre outros) pois, mesmo de forma empírica, elas sempre evoluem, garantindo ou não a sua reprodução. O desafio que se impõe é entender os fatores e atores que podem provocar e induzir as mudanças numa situação agrária e, também, as suas conseqüências. Por outro lado, importa saber em que a participação das instituições pode ajudar a resolver problemas ligados ao manejo dos recursos produtivos, sejam de ordem técnica, organizacional ou financeira (EMBRAPA.URCA-NE, 1994).

O diagnóstico, geralmente, se apresenta como uma fase preliminar da intervenção, permitindo ao técnico identificar e melhorar o tipo de informação a ser transmitida e a inovação a ser proposta ao produtor. Contudo, a prática de elaboração de diagnóstico não passa, muitas vezes, de um simples levantamento de dados, meramente quantitativos e estatísticos, quando não desatualizados. Trata-se, portanto, de uma fotografia estática que dificilmente traduz a dinâmica e a evolução de uma situação, não permitindo identificar os fatores susceptíveis de provocar mudanças, nem as tendências de evoluções em curso. No melhor dos casos, os diagnósticos associam a um estudo monográfico da região estudada, um levantamento das demandas e dos problemas dos agricultores e atores locais. Traduzir os problemas e as demandas locais em projetos não encerram os desafios do desenvolvimento rural que dependem de elementos e fatores que acontecem ou aparecem em escalas diferentes: mercado, preços, políticas agrárias.

Não se trata apenas de levantar dados sobre os recursos produtivos, mas entender suas interrelações, bem como as estratégias elaboradas e as práticas implementadas pelos produtores para manejá-los. Neste sentido, é necessário uma abordagem dinâmica que permita compreender as relações, decisões e escolhas dos diferentes atores do desenvolvimento local.

Por outro lado, existe uma necessidade de elaboração de conhecimentos e informações capazes de subsidiar o planejamento da atuação das instituições de pesquisa, da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e das demais organizações de apoio ao desenvolvimento rural.

O estudo de Trajetórias de Desenvolvimento constitui uma proposta de abordagem da dinâmica rural, para subsidiar o planejamento das atividades a serem executadas ao nível local. Entende-se por Trajetória de Desenvolvimento, a evolução e a reorganização dos recursos produtivos - naturais, humanos, capital e informações - no tempo e no espaço, por um grupo de atores sociais, num território delimitado, com o objetivo de manter, reproduzir ou melhorar as suas condições de vida. Estas condições são determinadas, em parte, pela influência de fatores e atores do ambiente externo (EMBRAPA.URCA-NE, 1994).

Essa abordagem apoia-se sobre a elaboração de métodos de análise dos mecanismos e das conseqüências das transformações técnicas, econômicas e sociais das situações agrárias locais, integrando a dimensão histórica dos processos observados e a articulação entre diferentes escalas (Sabourin et al., 1994).

Este documento apresenta uma proposta metodológica de estudo e análise dos processos de desenvolvimento local. A primeira parte do trabalho refere-se a alguns fundamentos conceituais, em seguida descreve - se, passo a passo, as ferramentas elaboradas e a aplicação destas com um estudo de caso.



2. Embasamento do estudo de trajetória de desenvolvimento

Num determinado território, os produtores dispõem de quatro dos principais tipos de recursos produtivos (Fig. 1), quais sejam:

- recursos naturais (solo, água, vegetação, entre outros);
- capital e recursos financeiros;
- mão-de-obra;
- informações específicas (por exemplo: as técnicas) ou de ordem geral (por exemplo: o mercado).

O processo de desenvolvimento é, simultaneamente, causa e consequência de uma combinação, pelos grupos sociais, dos recursos produtivos. Esta combinação materializa-se em formas de organização específicas em função dos objetivos individuais e coletivos. O importante não é somente a evolução de um ou outro tipo de recurso produtivo, mas, também, as consequências desta evolução sobre o manejo do conjunto dos recursos pelos produtores ou pelos grupos sociais.

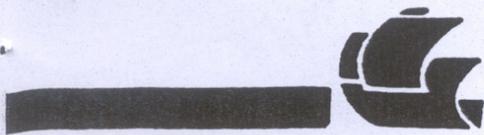
O processo de desenvolvimento de uma comunidade, por exemplo, segue uma trajetória que tem sua história (situação passada) e suas perspectivas (situações futuras possíveis). Uma intervenção externa (assistência técnica, crédito, entre outras) é um dos fatores que pode induzir uma mudança. Quando ela acontece, essa trajetória modifica-se como consequência do confronto entre o saber e a proposta do técnico e os saberes, desejos e objetivos da comunidade. A evolução real não é a mesma que teria sido sem a intervenção. Por outro lado, os produtores, ao se apropriarem dessa proposta, a modificam de acordo com seus objetivos (Fig. 2).

O espaço rural é, portanto, uma construção social, ou seja, um território onde os atores sociais e os agentes econômicos, em função dos seus interesses, objetivos e projetos, implementam estratégias que vão se traduzir em mudanças na exploração dos recursos ou na sua organização. A compreensão da dinâmica de mudança supõe uma análise dos fenômenos e fatores que determinam esses processos.

A noção de trajetória de desenvolvimento aqui apresentada, tem uma dupla referência conceitual. Primeiro refere-se as trajetórias de evoluções aplicadas as unidades de produção definidas por Cappillon & Manichon (1979). A trajetória de evolução das unidades de produção agrícola é um modelo de evolução que reconstitui as modificações sofridas ao longo do tempo para um dado tipo de estabelecimento agrícola, geralmente abordado através de uma tipologia de unidades de produção. Este modelo pode privilegiar certos aspectos: modernização, acumulação do capital, mão-de-obra, funcionamento do sistema produtivo, entre outros. Trabalhos nessa orientação foram realizados no Brasil por Gonçalves & Topall (1991) e Bonnal et al. (1992). Lena (1992), tratou das trajetórias sociais (acumulação e migração) nas zonas de fronteira agrícola da Amazônia.

A segunda referência vem dos trabalhos de Vallerand et al. (1990) que têm definido o "itinerário de desenvolvimento" como uma "seqüência ordenada de ações técnicas compatíveis (I) por um lado, com uma evolução aceitável do funcionamento e dos resultados das unidades elementares de produção, e (II) por outro lado, com uma organização progressiva dos serviços técnicos, capazes de assegurar a difusão dessas inovações". Na realidade procura-se dar conta das transformações técnicas e sociais que vêm afetando e ainda afetam as sociedades rurais, em particular, aquelas que têm a ver com a organização e a exploração dos recursos produtivos.

Neste sentido, a conceituação de trajetória de desenvolvimento aqui adotada é mais a de um observador que procura identificar referências para o planejamento e não aquela de um ator do processo de transformação social e técnica de uma cadeia produtiva, como propõem Casabianca et al. (1993).



A metodologia proposta busca dar conta da historicidade das situações observadas hoje a partir da análise dos acontecimentos que influenciaram o sistema local durante as últimas décadas.

Os atores locais (produtores e técnicos) procuram elaborar uma representação compreensível das evoluções técnicas e sociais para poder integrar melhor nesse cenário as suas próprias ações.

Os estudos de casos permitem a elaboração de "modelos" de trajetórias de desenvolvimento. Esses "modelos" podem ser definidos como construções teóricas da realidade, não normativas, construídas em base a casos concretos, a partir dos quais é possível analisar novas situações (Landais, 1992). Tais "modelos" apoiam-se na identificação de determinantes comuns e na formulações de hipóteses gerais que contribuem a descrever e explicam os fenômenos observados.

3. Metodologia

Para o estudo de trajetória de desenvolvimento, foram delineados alguns passos metodológicos. As etapas a seguir, na prática, são desenvolvidas através de um processo interativo.

3.1. Definição do espaço social e geográfico:

É realizada em função dos problemas a serem estudados (ex. : dinâmica de um sistema agrário, impacto de um projeto, entre outros), depois de uma estratificação (zoneamento ou tipologia) do espaço regional. A seleção da zona de estudo responde aos critérios pré-definidos (informações disponíveis, diversidade e representatividade, dinâmica agrária e institucional e condições logísticas, entre outros).

Num primeiro momento, privilegia-se o nível local (comunidade) como a escala mais apropriada para compreender a diversidade do processo estudado. Porém, são consideradas as interações com outros níveis ou escalas que interferem nos processos locais, para poder entender os processos observados e elaborar modelos de construção de um espaço agrário local. A definição desse espaço geográfico e social inclui as áreas de influências geográficas, sociais e econômicas do grupo estudado (por exemplo: as comunidades vizinhas, uma cadeia de comercialização).

Essa etapa inclui a revisão bibliográfica para o levantamento de informações sobre a situação local, sobre as áreas de sua influência (município, por exemplo) e sobre dados setoriais (mercado infra-estrutura, entre outros). São valorizadas as relações existentes entre o espaço geográfico e o grupo social, suas características gerais, a diversidade dos recursos naturais e produtivos, os limites e a estrutura fundiária.

Na prática, é ainda nessa fase que são mobilizados os atores e interlocutores do estudo, como:

- contatos com as instituições públicas e privadas e "pessoas chaves": pessoas, técnicos, produtores, políticos, que têm um conhecimento específico e uma experiência sobre um tema ou um espaço geográfico determinado (coleta de informação complementar);
- nivelamento da equipe de estudo e programação das tarefas; - elaboração de um roteiro de trabalho, incluindo guia de entrevistas, auxílios pedagógicos a serem utilizados, etc.; e
- contatos prévios com a comunidade ou grupo social objeto de estudo ("pessoas chaves", entre outros).



3.2. Identificação das mudanças de práticas produtivas, individuais e coletivas

a) História do desenvolvimento da região ou comunidade

Consiste na narração histórica, feita por ordem cronológica, das mudanças mais significativas que ocorreram na comunidade ou na região (surgimento, evolução e estágio atual dos diversos tipos de produtores dos diversos produtos, das suas formas de comercialização, entre outros) e no levantamento das infra-estruturas existentes e dos recursos produtivos disponíveis. Uma maneira eficiente de obtenção dessas informações consiste em interrogar os atores do desenvolvimento local sobre as razões da modificação das suas práticas. Essa fase passa por um contato com "pessoas-chaves" da localidade ou da região e por entrevistas com membros da comunidade de diferentes faixas etárias.

Pode ser interessante recorrer a técnicas de resgate e verificação da memória individual e coletiva dos atores locais (por exemplo: perguntas a várias pessoas de idades diversas, sobre os eventos que aconteceram quando tinham 20 ou 30 anos). As informações-chaves têm a ver com os acontecimentos marcantes que tem provocado mudanças ou rupturas importantes como a construção de uma estrada, de um perímetro irrigado, ou a introdução de variedades de plantas resistentes a seca (palma forrageira, capim buffel, guandu, entre outras). A identificação de tais indicadores de mudança permite situar no tempo fases de transição que correspondem a integração e as conseqüências de acontecimentos fundamentais que, muitas vezes, obrigaram os produtores a fazerem escolhas importantes, a tomar opções, por exemplo: investir na cerca ou deixar de criar animais, comprar ou alugar novas terras ou abandonar a agricultura e procurar emprego na cidade.

b) As perspectivas de evolução

Em função da história e dos eventos atuais, trata-se logo da formulação de hipóteses prospectivas, sobre a evolução da comunidade, dos sistemas de produção e do manejo dos recursos produtivos. Quais as tendências imaginadas ou identificadas pelos atores para o futuro? Quais os seus projetos, em função dessa visão?

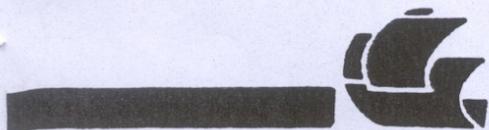
Nessa etapa, é indispensável levar em consideração diferentes ritmos temporais (o ciclo de cultura, o ano, as variações climáticas interanuais, a geração, entre outros).

3.3. Estudo da reorganização dos recursos produtivos, sobre os quais se apoiam as mudanças

Considera-se, nesta etapa, a evolução e as reorganizações dos recursos produtivos, realizadas pelos grupos sociais locais, para operar as mudanças anteriormente identificadas.

Tenta-se fornecer uma representação do desenvolvimento, como um processo no qual interferem fenômenos naturais, tecnológicos, econômicos e sociais. Deve ser realizada através da confrontação das diferentes interpretações da realidade, por diferentes categorias de atores, com as suas próprias análises. Presta-se uma atenção particular ao acesso às informações e às inovações técnicas e organizacionais. Os dados podem ser coletados e sistematizados através de vários instrumentos:

- questionários sobre a evolução das unidades de produção familiar;
- elaboração de tipologia de atores (produtores), a partir dos dados levantados e das entrevistas;
- sistematização e tratamento dos dados, visando: a caracterização dos marcos determinantes do processo de evolução da comunidade (mudanças), a caracterização das



- combinações e reorganizações dos recursos produtivas, e a identificação das perspectivas de desenvolvimento da comunidade (cenários).
- restituição de todas as informações à comunidade, com a finalidade de checar a validade das hipóteses levantadas e ouvir eventuais reações ou sugestões da população local.

3.4. Formulação de hipóteses e tendências de evolução

Pode-se diferenciar as perspectivas imediatas ou a médio e longo prazos ao nível local, e as relações entre os cenários locais e as grandes tendências ao nível do município ou da região. A integração e articulação entre diferentes escalas se dão em três níveis:

- ao nível regional ou macro regional: é a escala de ANÁLISE das decisões que dependem de centros de poder distantes, mas que afetam o desenvolvimento local;
- ao nível municipal: é hoje uma escala privilegiada de PLANEJAMENTO do desenvolvimento rural (unidade administrativa autônoma);
- ao nível local: escala da da INTERVENÇÃO, corresponde a exploração dos recursos, das ações e operações de desenvolvimento (por exemplo as comunidades).

São hipóteses sobre os mecanismos, modalidades e conseqüências das futuras transformações que podem ser formuladas após: o tratamento inicial, a identificação dos mecanismos gerais de mudanças e a elaboração de hipóteses relativas às tendências dos seus fatores.

3.5. Análise comparativa de diversas situações estudadas

Esta fase corresponde a um tratamento secundário, a partir das informações obtidas de vários estudos de trajetórias de desenvolvimento. A metodologia pode ser resumida em dois momentos:

a) Análise das situações gerais e das grandes mudanças:

- Identificação dos períodos de transição (sucessão de mudanças) e de fatores, modalidades e conseqüências dessas transformações. É importante verificar se existe uma repetição ou reprodução no tempo e no espaço dos mesmos fenômenos de evolução;
- manejo e gestão das transições (identificação das opções possíveis e, dentro delas, das escolhas efetuadas pelos produtores). Convém verificar quais foram as opções de cada tipo de produtos ou de cada grupo social ou categoria de atores;
- identificação de critérios e indicadores de mudança (de índices ou de variáveis que permitam a caracterização, o acompanhamento e a avaliação dos fatores de mudanças).

b) Análise da construção do espaço rural

- Estabelecimento de correspondências entre tempo/espaço.
- Representação gráfica ou esquemática da evolução espaço.
- Mapeamento da informação (estratificação do meio, zoneamento, mapas mentais, entre outras). Ver o exemplo no capítulo 4 e a figura 4.

3.6. Elaboração de modelos explicativos

Pretende-se, nessa última fase, elaborar representações esquemáticas e modelos explicativos, das evoluções, e dos fenômenos observados, de maneira a dispor de vários quadros teóricos de análise do processo de desenvolvimento local, em condições específicas e diversificadas. Estes modelos deverão ser validados em outras regiões, para tornarem-se operacionais e, assim, subsidiarem o planejamento do desenvolvimento.



4. Estudo do caso de alagoinhas (Mossoró-RN)

Os primeiros estudos foram realizados em três comunidades (Massaroca, município de Juazeiro-BA; Calumbi, município de Tauá-CE e Alagoinhas, município de Mossoró-RN), selecionadas em função da disponibilidade das informações da diversidade das situações e das dinâmicas camponesas e institucionais, (Fig. 3). A título de exemplo apresenta-se, a seguir, o caso da comunidade de Alagoinhas.

4.1. O caso da comunidade Alagoinhas:

Os resultados dos estudos realizados são apresentados de forma resumida e esquematizada, nas duas matrizes a seguir (Quadros 1 e 2), contemplando a caracterização da comunidade (características gerais, recursos naturais e principais fontes de renda) e as principais fases de sua evolução (período e mudanças observadas, fatores identificados e consequências); também é apresentada uma representação gráfica da evolução agrária da comunidade (Figura 4 e Quadro 3) e uma síntese da situação da comunidade, suas perspectivas e hipóteses de evolução.

QUADRO 1.

Características da comunidade Alagoinhas

Características gerais	- Localização: 20 km de Mossoró (150.000 hab.) - População: 195 famílias - Superfície: 4.000 ha - Proximidade de empresas de irrigação
Recursos naturais	- Topografia plana - Solos dominantes: Cambissolos profundos e férteis - Precipitação: 800 mm/ano com muita variabilidade - Lençol freático abundante, mas profundo
Principais fontes de renda	- Venda de cajú - Assalariamento agrícola

QUADRO 2

Fases da evolução da comunidade Alagoinhas

ANO PERÍODO	MUDANÇAS	FATORES	REFLEXOS
1922	- Criação da comunidade (descoberta e ocupação)	- Fontes de água para rebanho	- Apropriação de terras - Pecuária extensiva
1930/1950	- Apropriação fundiária	- Terras devolutas - Possibilidade de títulos de terra	- Ocupação e estruturação do espaço através das terras
1950/1965	- Venda e compra de terras	- Proximidade de Mossoró - Solos férteis	- Divisão fundiária - Agricultura de sequeiro (de subsistência e algodão)
1965/1970	- Aumento da população com compra e venda de terras	- Estradas - Poços	- Aumento demográfico - Divisão fundiária
1968/1970	- Plantação de caju	- Queda do mercado do algodão - Financiamento oficial - Mercado do caju atraente	- Substituição do pasto pelo caju - Redução da pecuária - Integração ao mercado - Capitalização das propriedades
1970	- Instalação de empresas agrícolas de irrigação	- Financiamento oficial - Recursos naturais	- Não há impacto imediato na comunidade nas margens das propriedades
1985/1992	- Trabalho agrícola assalariado - Aumento da população	- Expansão das empresas, através de subsídio - Mercado atraente - Demanda de mão-de-obra - Baixa produtividade do caju - Construção de vilas - Minifundialização e parcelas indivisíveis por herança	- Diversificação das fontes de renda - Surgimento de vilas - Jovens assalariados com dupla atividade
1993	- Movimentos fundiários e demográficos	- Seca	- Descapitalização e redução da parceria - Compra de terras pelas empresas - Entrada e saída de mão-de-obra

QUADRO 3

Fases da Evolução da Comunidade Alagoinhas : uma interpretação da figura 4

Período 1922/1960	<ul style="list-style-type: none"> - apropriação fundiária - ocupação do território - pecuária extensiva - fontes de água - indisponibilidade de recursos financeiros
Período 1960/1970	<ul style="list-style-type: none"> - divisão fundiária - culturas de subsistência + pecuária - cultivo do algodão
Período 1970/1990	<ul style="list-style-type: none"> - chegada da estrada - decadência do algodão - implantação do caju - chegada das empresas de irrigação - divisão fundiária - redução da pecuária - trabalho assalariado
Período 1991/1994	<ul style="list-style-type: none"> - concentração fundiária pelas empresas - construção de vilas para assalariados - aumento da população - desaparecimento da pecuária - redução do plantio no caju - fluxo de mão-de-obra da comunidade para as empresas

Hipótese prospectiva

A análise das fases da evolução da comunidade levou a formulação das seguintes hipóteses:

- a tendência a concentração fundiária, ligada à expansão das empresas e a dependência crescente da comunidade em virtude do mercado de trabalho ajuda a definir melhor os espaços econômicos e sociais do desenvolvimento da agricultura familiar;
- a implantação de sistemas irrigados, caso os investimentos públicos permitam a realização de poços profundos;
- a criação de pequenas unidades de prestação de serviços para as grandes empresas e/ou mercado urbano, a exemplo da confecção de embalagens, mão-de-obra qualificada, produtos de alto valor agregado (hortaliças e flores);
- a renovação dos plantios de cajueiros, através de variedades mais produtivas, como implantação da variedade anão precoce em áreas de expansão da cultura e revitalização de plantios antigos com substituição de copas, através da enxertia.

Existem limitações de recursos naturais: necessidade de um bom manejo do solo (riscos de degradação). A intensificação da exploração agrícola e o uso excessivo dos solos, aliados a uma tecnologia tradicional compromete sua fertilidade natural, refletindo gradativamente na baixa produtividade das culturas exploradas.

Porém, essas oportunidade dependem de evolução da situação global da região e em particular do município de Mossoró (crescimento urbano, desenvolvimento da irrigação e da indústria: cimento, petróleo...)



4.2. Contribuição para a análise e entendimento do espaço rural local e municipal

As evoluções locais, os seus fatores determinantes e as circunstâncias fornecem elementos de compreensão e de análise da situação agrária em outras escalas, (por exemplo, o município: modalidades de ocupação e de valorização do território, transformação dos sistemas técnicos, evolução dos fluxos de população, dos movimentos de terras e de produtos, influência urbana.

A agregação dos resultados da análise da trajetória de desenvolvimento de Alagoinha com as informações coletadas em outras comunidades do município de Mossoró, indica as seguintes tendências:

- lógica de utilização dos recursos naturais, através de sistemas extensivos (extrativismo, pecuária e outros) para ocupação inicial do espaço;
- evolução progressiva, através da integração com o mercado local e regional e a modificação dos sistemas produtivos, (ciclos de algodão, caju e outros);
- confrontação entre a sociedade camponesa e uma lógica exógena ligada aos sistemas agro-industriais (instalação de empresas de irrigação, mecanização das salinas, entre outros) que induziu choques e transições das quais resultam fenômenos de conflitos ou de integração;
- relação antiga da pequena agricultura com economia de mercado ao contrário do discurso dominante; traduzindo-se por ciclos de produção de renda (gado, algodão, caju, entre outros).
- concentração fundiária nas zonas mais favorecidas (solo, água, vias de acesso);
- ruptura de equilíbrio entre a população descapitalizada e recursos naturais fragilizados, (redução da pecuária depois da seca).

A observação dos fenômenos em situação real permite a caracterização de grandes fatores (concentração fundiária, dependência do mercado do trabalho), de critérios (movimentos fundiários, dupla atividade) e de indicadores de mudança (compra de terras pelas empresas, número de dias de trabalho fora da unidade familiar) num contexto específico, aquele do desenvolvimento da agricultura irrigada na proximidade de um pólo urbano e agro-industrial. Estas informações constituem referências para a análise de outras situações: o estudo da trajetória de desenvolvimento de Alagoinhas contribui a compreender a dinâmica agrária regional na medida em que essa situação se repete (por exemplo nos Vales do São Francisco, do Parnaíba ou do Jaguaribe)

5. Considerações finais

Além da utilização imediata da análise de trajetória de desenvolvimento como diagnóstico local, mediante a sua restituição aos atores interessados, este tipo de estudo oferece diversas possibilidades de utilização em outras escalas mais amplas (por exemplo: município, região).

Pode-se reter três formas de valorização dos resultados da análise dos itinerários de desenvolvimento:

a) a identificação de novos indicadores de mudanças, possibilitada pelo entendimento dos fenômenos em situação real, ou seja, ao nível local. Por exemplo, no contexto específico do desenvolvimento da agricultura irrigada, em torno de um polo urbano ou agro-industrial, pode-se ter as seguintes constantes:



- fatores: concentração fundiária, mercado do trabalho;
- critérios: movimentos fundiários, dupla atividade explorada;
- indicadores: compra de terras pelas empresas, número de dias de trabalho fora da unidade de produção.

Essas informações constituem referências para a análise de outras situações regionais.

b) elaboração de modelos de evolução das situações agrárias baseadas na articulação entre diversas escalas:

- escala dos "grandes" fenômenos (ex.: região);
- escalas de planejamento das atividades de ATER (ex: município);
- escalas de intervenção (ex.: projetos, organizações de produtores, comunidades);

c) a implantação de sistemas de informação:

- que permitam uma representação espacial da organização dos recursos, das infra-estruturas, das estratégias dos atores;
- que proporcionem uma leitura da diversidade e da complexidade do meio, no tempo e no espaço;
- que se revelem adaptados para tomadas de decisões de vários tipos de atores: agricultores, técnicos de cooperativas ao nível local, prefeitos e técnicos das EMATER's ao nível municipal, lideranças políticas e técnicos de instituições de desenvolvimento aos níveis regionais e nacional.

Pode-se tirar, no momento, alguns ensinamentos quanto à valorização da análise das trajetórias de desenvolvimento:

- a compreensão das evoluções, atualmente em andamento, exige uma articulação permanente e de interação entre as escalas local, municipal, regional e nacional;
- uma compreensão da situação estudada e da sua evolução permite subsidiar o planejamento de uma intervenção local;
- o estudo contribui para a elaboração de modelos de evolução: identificação de indicadores de mudança, representação esquemática (gráfica, informática, entre outras) de situações tipificadas a partir de regras gerais ou circunstâncias de evolução.

Nesse tipo de abordagem, a valorização e a organização da informação exerce um papel central. O que importa é a maneira de produzir referências adequadas para subsidiar as tomadas de decisões em vários níveis. Esse enfoque se diferencia de um planejamento vertical (do macro para o micro), mas tampouco pretende abordar o problema somente a partir de um planejamento ascendente (do micro para o macro). A qualidade das referências depende de um processo de ida e volta (dialética) permanente entre as escalas micro e macro e entre os níveis de análise, planejamento e ação.

A organização da informação e a tomada de decisão estão intimamente ligadas. O tipo de informação depende dos atores que alimentam e gerenciam o dispositivo de geração desses dados (estatísticos, pesquisadores, técnicos, políticos ou outros), de como e onde é procurada a informação (nas bibliotecas, no campo, nas estações, etc.) (Silva et al., 1994).



Bibliografia

- BONNAL, P.; CLEMENT, D.; GASTAL, M.L.; XAVIER, J.H.V. ZOBY, J.L.F.; SOUZA, G.L.C.; PEREIRA, E.A. & PAMAGO JÚNIOR, E. (1992): *Os pequenos e médios produtores do município de Silvânia - Goiás: características gerais e tipologia das explorações*. Planaltina, DF: EMBRAPA-CPAC / Montpellier: CIRAD-SAR. 87 págs.
- CASABIANCA, F. (1993): "Qualité et valorisation des produits régionaux dans le développement des zones marginalisées; échanges méthodologiques autour du concept d'itinéraire de développement", *Rencontres internationales sur le développement des zones défavorisées Méditerranéennes*, Paris: INRA.
- CAPILLON, A. & MANICHON, M.: "Une typologie des trajectoires d'évolution des exploitations agricoles, principes d'application au développement agricole régional", *Rapport de l'Académie d'Agriculture de France*, Paris. Vol. 13, 1979, pp. 1168-1178,
- EMBRAPA. Coordenadoria Regional de Capacitação e de Apoio ao Desenvolvimento Rural - Nordeste-URCA-NE (1994): *Contribuição ao desenvolvimento regional: um desafio para a URCA-Nordeste*. Petrolina, PE: EMBRAPA-CPATSA-URCA-NE. 32 p.
- GONÇALVES, M.R. & TOPALL, O. "Agricultura Familiar da Região de Marabá: trajetórias de acumulação", *SEMINÁRIO AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL NA AMAZÔNIA ORIENTAL, 1991*, Belém, PA, Actas... Pointe a Pitre, França: Université des Antilles et de la Guyane, SACAD, 1991. p. 311-330.
- HUBERT, B.: "Pastoralisme et territoire. Modélisation des pratiques d'utilisation", *Cahiers Agricultures*, Paris. Vol. 3, 1994, pp. 9-22.
- LANDAIS, E.: "Principes de modélisation des systèmes d'élevage. Approches graphiques", *Cahiers de la Recherche Développement*, Montpellier, vol. 32, 1992, pp. 85-95.
- LENA, P.: "Trajectoires sociales, mobilité spatiale et accumulation paysanne en Amazonie brésilienne: exemple en Rondonia", *Cahier des Science humaines*, Paris: ORSTOM, vol. 28, n. 12, 1992, pp. 209-234.
- SABOURIN, E., CARON, P. & SILVA, P.C.G. da: "Estudo do processo de desenvolvimento e da construção do espaço rural para subsidiar o planejamento", *CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL*, Brasília: SOBER, vol. 2, 1994, p. 1074.
- SANTANA, R.A. de, OLIVEIRA, J. de S. & CARON, P.: "O zoneamento por entrevistas com pessoas-chaves: proposta metodológica para subsidiar o planejamento municipal", *CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL*, Brasília: SOBER, vol. 2, 1994, p. 1073.
- SILVA, P.C.G. da, CARON, P., SABOURIN, E., HUBERT, B. & CLOUET, Y. Contribution à la planification du développement sans objectif final: proposition pour la région Nordeste-Brésil, *SYMPOSIUM INTERNATIONAL RECHERCHES SYSTEME EN AGRICULTURE ET DÉVELOPPEMENT RURAL*, Montpellier: CIRAD, 1994, pp. 199 -205.
- VALLERAND, F., CASABIANCA, F., SANTUCCI, P.M., PROST, J.A., BOUCHER, R., CASALTA, E. & VERCHERAND, J.: "Dynamisation d'un système agraire régional pour l'organisation", BROSSIER, J., VISSAC, B. y LE MOIGNE, J.L. (eds.). *Modélisation systémique et système agraire: décision et organisation*. Paris: INRA, 1990. (pp. 293-296).



FIGURA 1

Representação dos principais recursos produtivos e da ação dos atores locais e externos

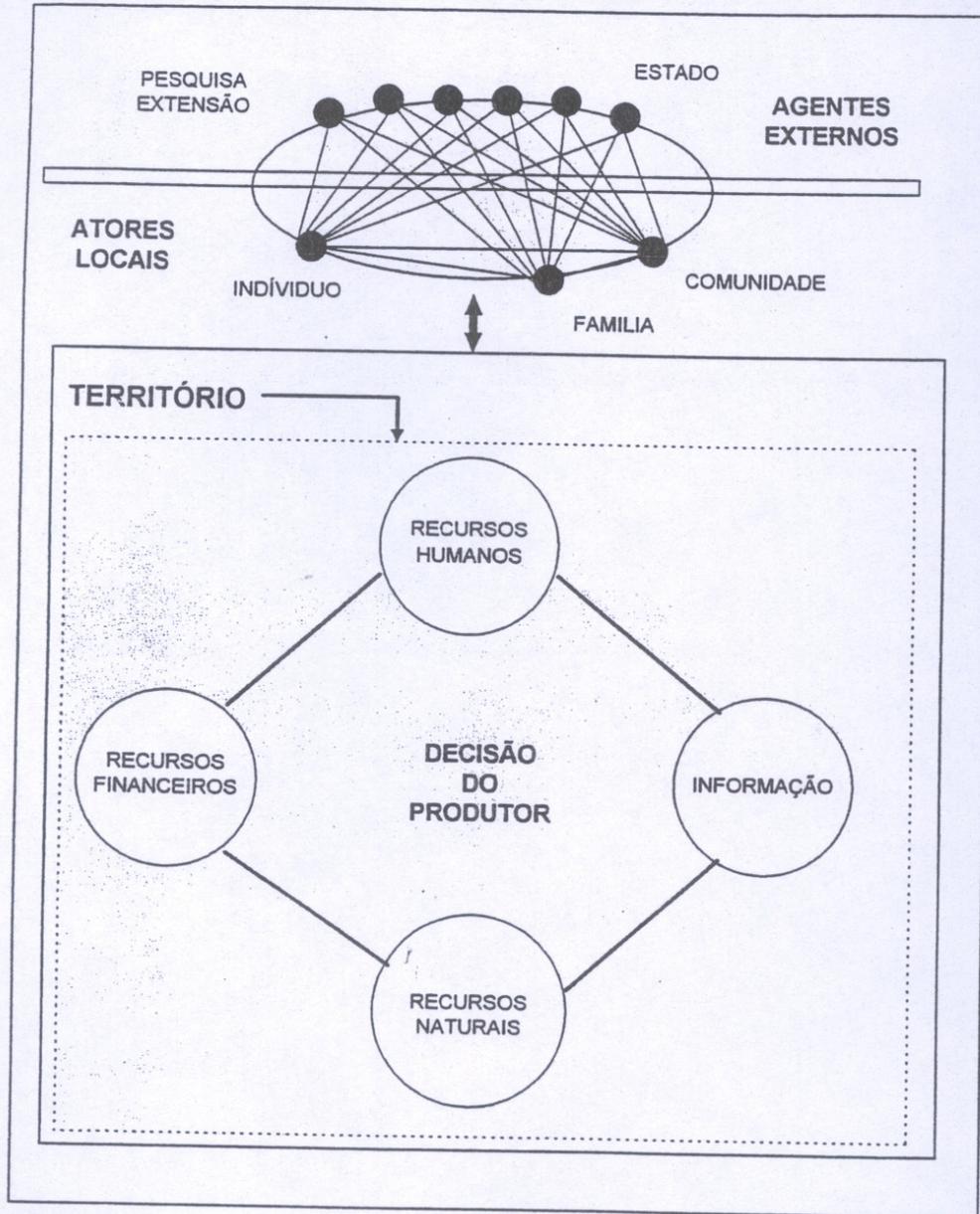




FIGURA 2

Itinerário de desenvolvimento e intervenção institucional

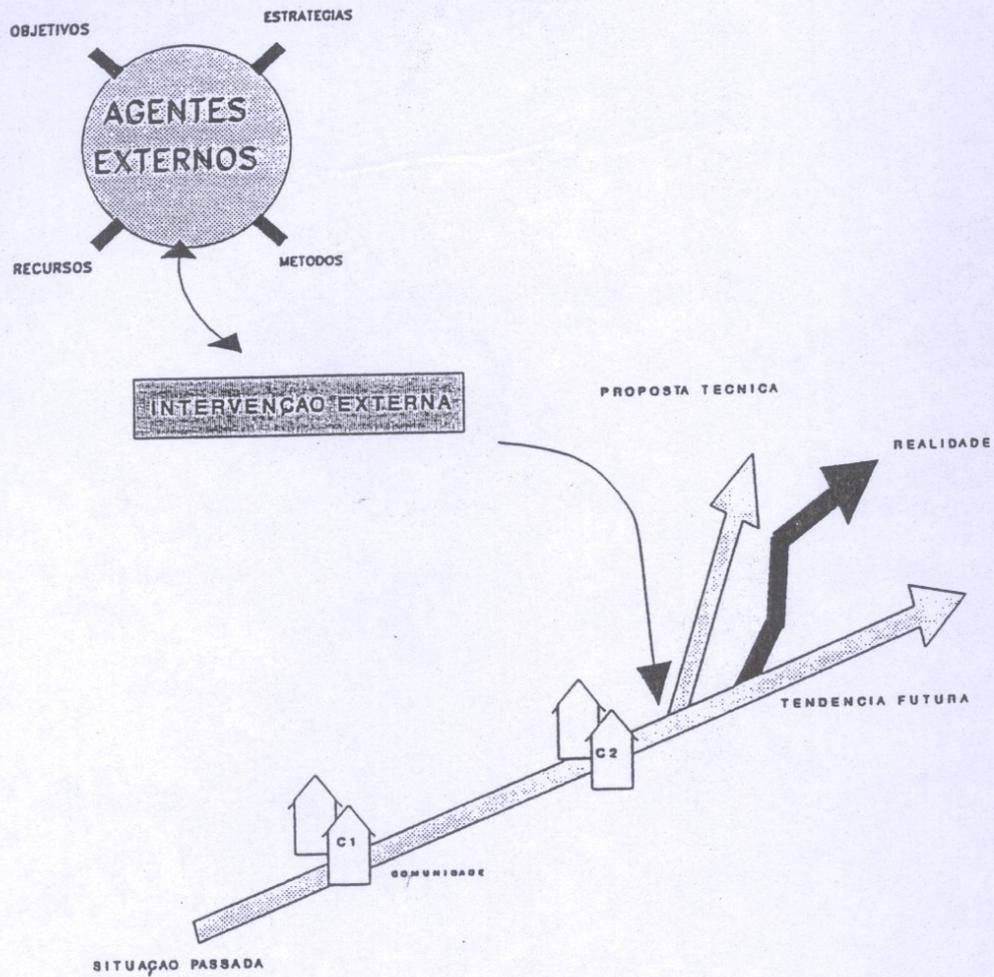




FIGURA 3

Localização das áreas objeto de estudo

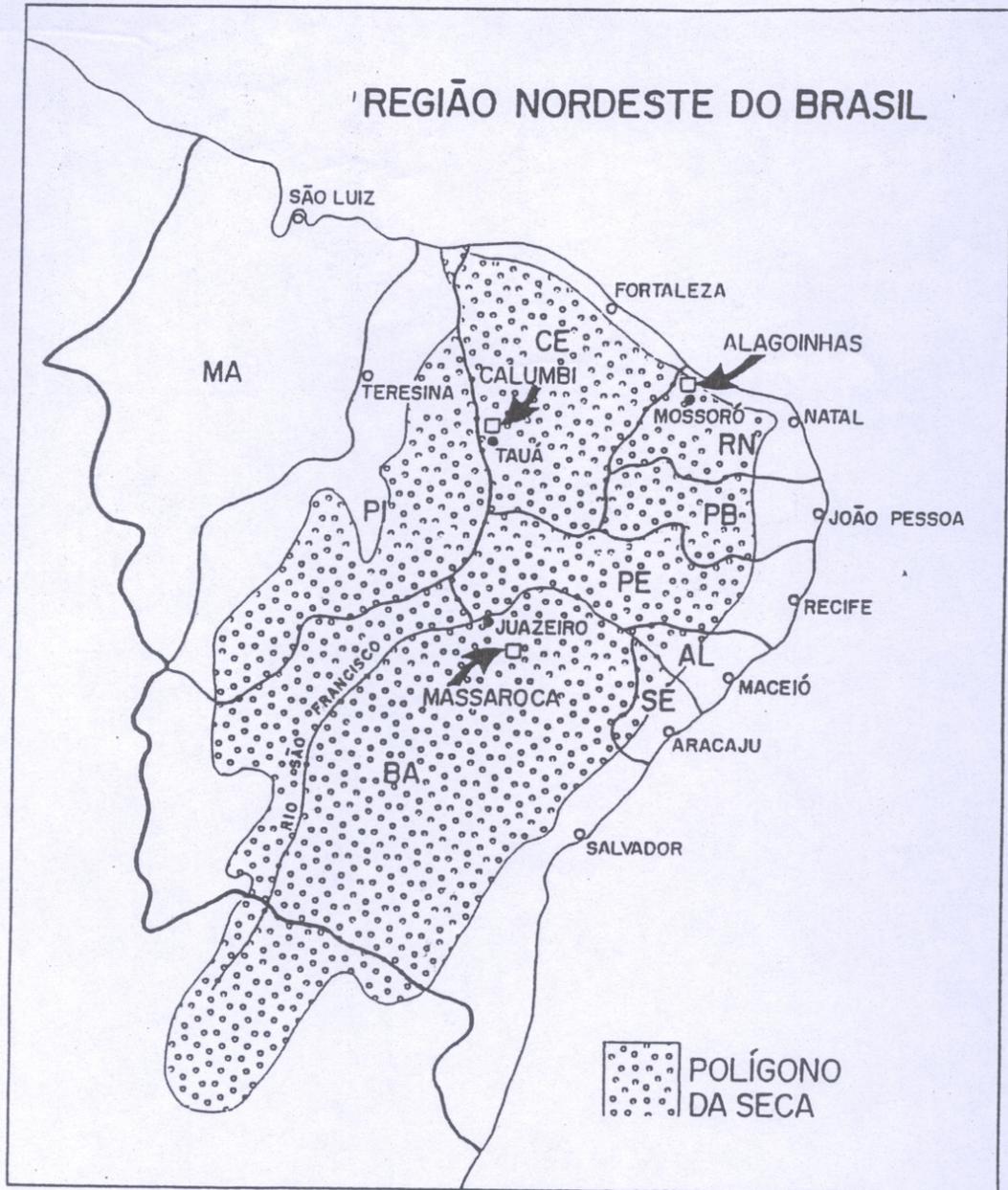
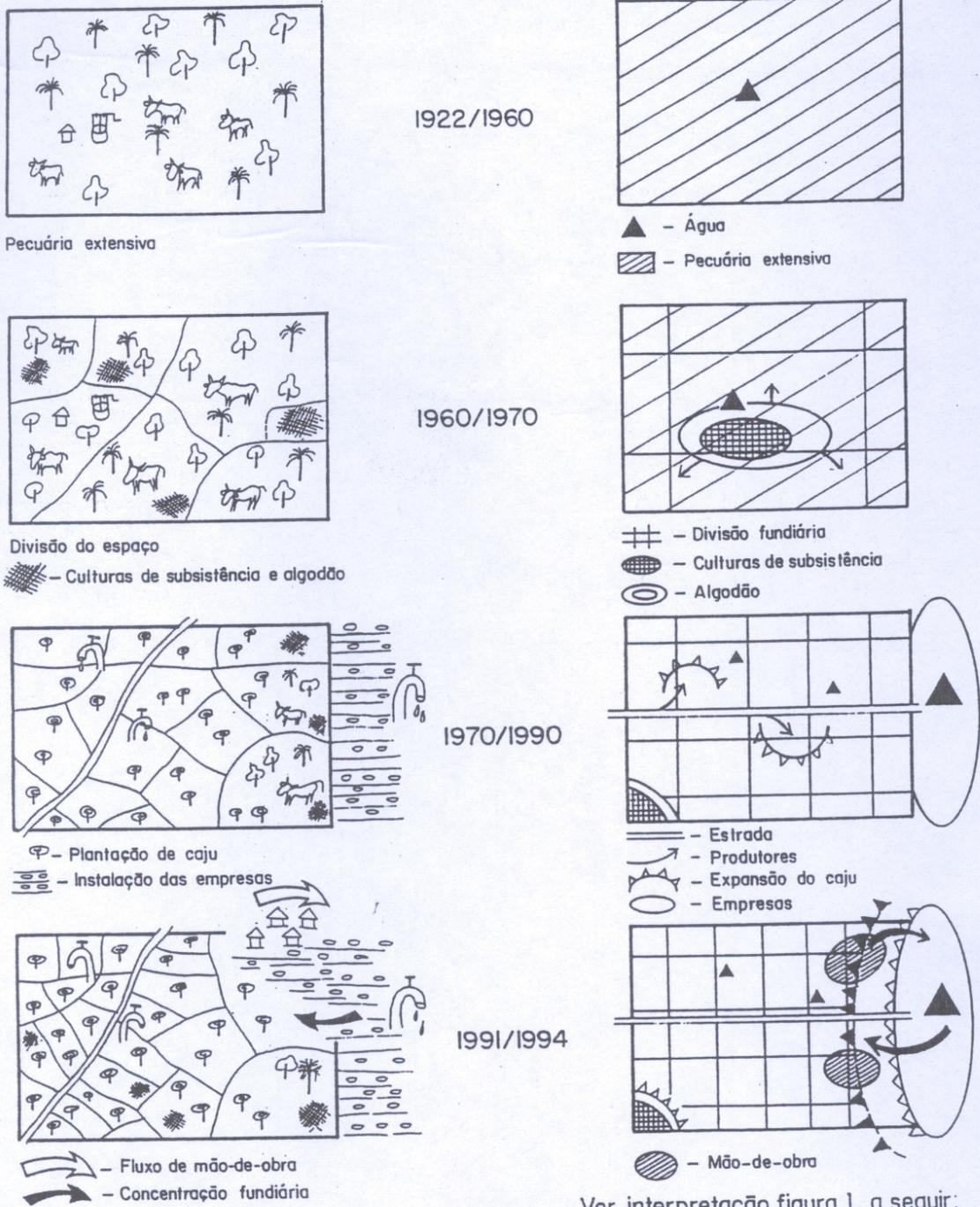
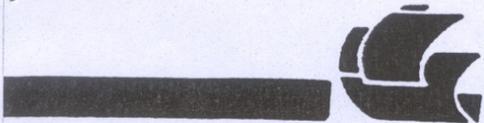


FIGURA 4

Fases da evolução da comunidade de Alagoinhas, Mossoró-RN.





Município de Mossoró

O POVOAMENTO

